

ENTREVISTA ERNANE GALVÊAS

Consultor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

A difícil, mas indispensável, correção nos rumos da economia

JÓ GALAZI

Com a experiência de quem foi ministro da Fazenda na primeira metade da década de 80, período considerado geralmente como o pior já experimentado pela economia brasileira, abalada, como o restante do mundo, pela segunda crise do petróleo, o economista Ernane Galvêas está preocupado.

Pelo diagnóstico dele, há equívocos e distorções na execução da política econômica. Galvêas destaca a prioridade dada ao consumo, em detrimento dos investimentos, as contradições entre a política de controle da inflação, o déficit fiscal e a política de crédito, a utilização da taxa de câmbio valorizada para combater as pressões inflacionárias, e a administração da inflação reprimida. O próximo governo terá de enfrentar esta herança, ao mesmo tempo em que precisará trabalhar para remover os velhos obstáculos que são a carga tributária excessiva e a burocracia oficial.

"Em um contexto global, a meu ver, os dois maiores problemas do Brasil são o peso da carga tributária, a mais alta entre os países emergentes, e a burocracia oficial", aponta o ex-ministro, hoje consultor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em entrevista ao Jornal do Commercio. Ele explica que os dois fatores, juntos, são responsáveis pelo clima geral de incertezas e desconfiança, que causa a queda dos investimentos, sem os quais não há crescimento econômico.

Segundo Galvêas, a curto prazo, não há viabilidade para uma completa reforma tributária, "porque contraria os interesses dos políticos, da União, dos estados e dos municípios". "Se alguma coisa pudesse ser feita, teríamos que começar com a simplificação do sistema, extinguindo alguns tributos como o PIS, por exemplo, e desonerando a folha de pagamentos com "penduricalhos", como a contribuição ao INCR, o salário-educação e outros, que deveriam ser transferidos para o Orçamento da União", completa.

Ainda conforme o economista, o País precisaria investir um mínimo de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) para atingir um crescimento anual de 4% – nos últimos 20 anos, porém, a média dos investimentos foi da ordem de 18%. "E o grande responsável é o governo obeso, que vem se apropriando, sistematicamente, de 40% da Renda Nacional, o que consegue sugando 38% do setor privado, sob a forma de carga tributária e mais 2% por meio de endividamento, vendendo títulos públicos ao setor privado", diz.

Nesta e na próxima página, os principais trechos da entrevista.



PAULY APARUJO A PRESS/UCM

Há também uma inexplicável contradição na política de juros altos, quando se sabe que o maior prejudicado é o Tesouro Nacional, pelo agravamento da dívida pública, e que o déficit fiscal é um dos fatores responsáveis pela inflação.

O grande problema atual na área trabalhista é o baixo índice de produtividade do trabalho, devido à falta de melhor qualificação do trabalhador nacional, principalmente dos operários que ocupam o chão da fábrica.

JORNAL DO COMMERCIO - Há a percepção de que quem for eleito presidente da República terá duas frentes simultâneas de combate: em uma estão os problemas estruturais "tradicionais" do País; em outra, estão as correções dos problemas criados ou agravados nos últimos anos. O que precisa ser feito?

ERNANE GALVÊAS - Na minha opinião, o que existe, hoje, principalmente, são as distorções e problemas ligados à execução da política econômica, tais como a prioridade conferida ao consumo em detrimento dos investimentos, as contradições entre a política de controle da inflação, o déficit fiscal e a política de crédito, a utilização da taxa de câmbio valorizada para combater as pressões inflacionárias, a equivocada administração da inflação reprimida, com enormes prejuízos para a Petrobras, a Eletrobras e outros serviços públicos.

Quais foram as decisões econômicas mais equivocadas nestes últimos anos?

— Não se pode apontar uma decisão específica, mas, certamente, podemos destacar o grande equívoco da política petrolífera, que começou com o Governo Lula e prosseguiu com a Dilma, e a política de energia elétrica.

A redução da carga tributária é uma a promessa recorrente em campanhas eleitorais, mas até hoje não se conseguiu chegar a um nível sensato de tributação. Que providências devem ser tomadas logo pelo novo governo?

— Em um contexto global, a meu ver, os dois maiores problemas do Brasil são o peso da carga tributária, a mais alta entre os países emergentes, e a burocracia oficial. Os dois juntos são responsáveis pelo clima geral de incertezas e desconfiança, responsáveis pela queda dos investimentos, sem os quais não há crescimento econômico. A curto prazo, não há viabilidade para uma completa reforma tributária, porque contra-

ria os interesses dos políticos, da União, dos estados e dos municípios. Se alguma coisa pudesse ser feita, teríamos que começar com a simplificação do sistema, extinguindo alguns tributos como o PIS, por exemplo, e desonerando a folha de pagamentos de "penduricalhos", como a contribuição ao INCR, o salário-educação e outros, que deveriam ser transferidos para o Orçamento da União.

Os investimentos no Brasil também ficam muito aquém do necessário. Como fazer para atrair os recursos dos quais o País necessita?

— Há dois aspectos a considerar em matéria de investimentos: primeiro, é que de 2000 a 2013 a taxa média da poupança do setor privado caiu de 18,7% do PIB (Produto Interno Bruto) para menos de 14,5%. Daí, a frustração dos investimentos; o segundo é a despoupança do setor público, situada em cerca de 2,5%, com o que não há, de longa data, recursos para os projetos essenciais da logística dos transportes. A poupança interna está diminuindo e a absorção de poupança externa aumentando. Em livro recente, "Complacência", os autores Fábio Giambiasi e Alexandre Schwartzman mostraram que a Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) caiu de 18,3% do PIB em 1995 para 15,7% em 1999 e 16,1% em 2004, voltando a 18,4% em 2013. Os investimentos em infraestrutura caíram de 3,22% do PIB para 2,32%, de 2001 a 2012.

O PIB potencial do Brasil estaria em torno de 3% atualmente, o que representaria um recuo ante anos anteriores. O que diz o senhor?

— A meu ver, a discussão sobre PIB potencial tem pouco cabimento na conjuntura atual. É uma perda de tempo. O problema fundamental está no grau de produtividade e de competitividade da empresa nacional, que são os mais baixos atualmente, no contexto mundial.

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

ENTREVISTA ERNANE GALVÊAS CONTINUAÇÃO

O que precisa ser feito para que a economia tenha capacidade de expansão verdadeiramente robusta, sem ser amarrada pela camisa de força da inflação?

— Partindo do conceito de uma taxa de retorno de 20% sobre o capital investido, o País precisaria investir um mínimo de 20% do PIB para atingir um crescimento anual de 4%. Nos últimos 20 anos, a média dos investimentos é da ordem de 18%. E o grande responsável é o governo obeso, que vem se apropriando, sistematicamente, de 40% da Renda Nacional, o que consegue sugando 38% do setor privado, sob a forma de carga tributária e mais 2% por meio de endividamento, vendendo títulos públicos ao setor privado.

País com taxa de juros historicamente alta, o Brasil parece ter perdido, neste momento, as condições para atacar a estrutura do problema, já que, segundo analistas, as contas externas, deterioradas, precisam de taxas atrativas para o capital estrangeiro. De que maneira encaminhar adequadamente a questão dos juros?

— Ao que tudo indica, a política de juros básicos (Selic) praticada pelo Banco Central é um grande equívoco. O BC eleva a taxa de juros para restringir o crédito e, por consequência, o excesso de demanda agregada, ou seja, o consumo e os investimentos, que seriam responsáveis pelas pressões inflacionárias. Acontece que isto é só a metade do problema, pois, de outro lado, o Ministério da Fazenda expande fortemente os empréstimos do BNDES e da Caixa Econômica. Assim, temos duas políticas monetárias, contraditórias e ineficientes. Sabe-se, por outro lado, que o Banco Central usa a taxa de juros alta para atrair capitais estrangeiros, inclusive grande parte de recursos especulativos, para financiar o elevado déficit nas transações correntes do balanço de pagamentos. É um duplo equívoco, considerando o nível excessivo de cerca de US\$ 380 bilhões das reservas cambiais. Afinal, há também uma inexplicável contradição na política de juros altos, quando se sabe que o maior prejudicado é o Tesouro Nacional, pelo agravamento da dívida pública, e que o déficit fiscal é um dos fatores responsáveis pela inflação.

No caso das contas públicas, como o próximo governo poderá mudar o

O próximo governo não tem outra saída se não reduzir o tamanho do Estado, pela redução dos gastos de custeio. Só assim poderá reduzir a carga tributária e o endividamento público.

quadro de deterioração e, também, reconquistar a confiança nos números?

— O grande problema das contas públicas é que o governo, de longa data, vem sistematicamente gastando mais do que arrecada. Daí surge a elevação constante da dívida bruta do setor público que chegou a R\$ 2.983 trilhões em julho último, com um impressionante acréscimo de R\$ 235,1 bilhões, em apenas sete meses. O próximo governo não tem outra saída se não reduzir o tamanho do Estado, pela diminuição dos gastos de custeio. Só assim poderá reduzir a carga tributária e o endividamento público. Por outro lado, é preciso acabar com essa "contabilidade criativa" e dar credibilidade e transparência às contas do setor público.

A indústria brasileira está passando por uma difícil fase, abalada pela redução da sua competitividade. Quais são as medidas o próximo governo terá de tomar para recolocar o setor nos eixos?

— No contexto geral dos equívocos da política econômica, a indústria é o setor mais castigado, seja pela carga tributária e a burocracia fiscal, seja pelo descompasso da taxa de juros e a falta de economias externas que deixam de ser proporcionadas pela ineficiente infraestrutura dos transportes. Costuma-se dizer que a indústria nacional equiparase em tecnologia à indústria europeia ou americana, "até a porta da fábrica". Daí em diante, as restrições tributárias, burocráticas, etc., inclusive a taxa de câmbio, aumentam os custos da produção e comprometem o grau de produtividade e competitividade. O resultado é a queda das exportações de produtos manufaturados e sua elevada importação. Na minha opinião, há um longo caminho a percorrer para repor a

produtividade e a competitividade da indústria nacional. Sem dúvida, porém, qualquer novo Governo deverá dar os primeiros passos reduzindo o peso dos tributos e promovendo a simplificação do sistema.

O Brasil parece não conseguir avançar na produção de bens agrícolas e pecuários de alto valor agregado. Como dar um salto positivo em agronegócios?

— O agronegócio, no Brasil, desfruta de incomparáveis vantagens comparativas, advindas da abundância dos recursos naturais, como solo, clima e água. A esses fatores, acrescenta-se a extraordinária tecnologia proporcionada pela Embrapa, equiparável às tecnologias mais avançadas dos Estados Unidos e da Europa. Aplica-se à agricultura o mesmo refrão da indústria: até a "porteira da fazenda", o agronegócio brasileiro é imbatível. Daí para frente, caminha com o "freio de mão puxado". O melhor que se pode fazer pela agricultura é deixá-la em paz, principalmente em relação aos burocratas do Ministério do Trabalho e do Meio Ambiente (MMA).

A renda per capita brasileira precisa crescer, o que, evidentemente, depende em grande parte do mercado de trabalho. Como o senhor vê esta situação?

— Um dos objetivos mais importantes da política econômica é a garantia do pleno emprego, acompanhado da elevação da renda per capita. Em julho último, a renda per capita do brasileiro chegou a US\$ 11.100,00, historicamente o mais alto índice já alcançado. Mas a questão do mercado de trabalho no Brasil tem que levar em conta que do total dos trabalhadores empregados, cerca de 50% têm carteira assinada,

da, com todos os benefícios sociais inerentes, e 50% estão na informalidade. Nos últimos 20 anos, tem havido significativo aumento dos ganhos do trabalho, principalmente após a Lei nº 12.382/2011, que estabeleceu regras para os reajustes reais do salário mínimo. Em julho, segundo o Caged, foram criadas 11,8 mil vagas com carteira assinada, o pior resultado desde 1999. A indústria demitiu mais do que contratou, pelo quarto mês seguido, com queda de 74 mil postos entre maio e julho. No acumulado até julho, foram gerados 632.224 postos, 30,3% menos do que em igual período de 2013. Em compensação, segundo o DIEESE, 93,2% dos reajustes negociados por 340 categorias primeiro semestre representaram aumentos acima da inflação. O salário mínimo para 2015 foi fixado em R\$ 788,06, um aumento de 8,8% sobre o nível atual.

A falta de mão de obra qualificada já se transformou em um gargalo para muitos setores. Como enfrentar o problema?

— O grande problema atual na área trabalhista é o baixo índice de produtividade do trabalho, devido à falta de melhor qualificação do trabalhador nacional, principalmente dos operários que ocupam o chão da fábrica. A indústria brasileira se queixa, sistematicamente, da falta de trabalhadores qualificados, um problema sério que deve ser atribuído às deficiências do sistema educacional brasileiro. Nesse contexto, devemos destacar a contribuição positiva do Senai e do Senac para a formação profissional, hoje reforçada pela contribuição do Governo, por meio do Pronatec. A questão para o Brasil ter um mercado robusto e em expansão depende em primeiro lugar da maior expansão do PIB e, igualmente, de uma consistente política de inclusão social. A educação é fundamental.

O senhor considera que o próximo governo, não importa quem ganhe, terá de rever as regras de programas sociais, como o Bolsa Família, por exemplo?

— O Programa Bolsa Família, apesar de suas limitações, tem um alto sentido de inclusão social. Qualquer novo governo, a partir de 2015, deverá ter a preocupação de aprimorar o programa, principalmente com o sentido de vincular à frequência à escola e ao mercado de trabalho.